



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 5.909, DE 2019

(Do Sr. Pedro Uczai)

Dispõe sobre a imprescritibilidade do crime de feminicídio, acrescentando parágrafo ao art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL-517/2019.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Dispõe sobre a imprescritibilidade do crime de feminicídio, acrescentando parágrafo ao art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal.

Art. 2º O art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 121.

§ 2º-B O crime de feminicídio é imprescritível.

.....”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O parlamentar tem como missão constitucional atender aos reclamos do povo.

No cumprimento de tal dever, dou início ao processo de elaboração legislativa a fim de conferir maior força à proteção da mulher.

No contexto de abuso de poder, que culmina na supina fragilização da mulher, ocasionadora de sua morte em razão da condição de sexo feminino, observa-se que elas, muitas vezes, escondem o panorama de violência que deságua no evento funesto.

Assim, com o objetivo de diminuir os índices de reincidência, prestigiando a prevenção geral, pedra de toque da lei penal, nesta ocasião, altera-se o Código Penal, com o fito de tornar o feminicídio delito imprescritível.

Para ilustrar a necessidade desta proposta, confira-se:

Seis irmãos procuraram a delegacia da Polícia Civil em Lucas do Rio Verde, a 360 km de Cuiabá, nessa terça-feira (20) e denunciaram que o pai matou a mãe deles no interior de Quilombo, Santa Catarina, há 37 anos. A vítima foi morta por pedir divórcio após descobrir que o marido tinha um caso com a empregada da família.

De acordo com a família, Pierina Carroro Cella foi morta no dia 25 de janeiro de 1982. O marido, que hoje tem 78 anos, se casou com a

mulher que era empregada do casal, supostamente sua amante na época do crime, e mora em Lucas do Rio Verde. Durante todos esses anos ele dizia aos filhos que a mulher tinha sido assassinada em um assalto.

Depois que os filhos descobriram o crime, o pai confessou e detalhou o assassinato à família. Segundo a Polícia Civil, o idoso deve permanecer em liberdade já que o crime prescreveu. (<https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2019/08/21/filhos-investigam-descobrem-que-pai-matou-a-mae-em-sc-ha-37-anos-e-denunciam-crime-em-mt.ghtml>, consulta em 30/09/2019).

Ante o exposto, pede-se o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 6 de novembro de 2019.

Deputado PEDRO UCZAI

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

PARTE ESPECIAL

(Canceladas na Parte Especial quaisquer referências a valores de multas, substituindo-se a expressão "multa de" por "multa", de acordo com o art. 2º da Lei nº 7.209, de 11/7/1984, publicada no DOU de 13/7/1984, em vigor 6 meses após a publicação)

TÍTULO I

DOS CRIMES CONTRA A PESSOA

CAPÍTULO I

DOS CRIMES CONTRA A VIDA

Homicídio simples

Art. 121. Matar alguém:

Pena - reclusão, de seis a vinte anos.

Caso de diminuição de pena

§ 1º Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

Homicídio qualificado

§ 2º Se o homicídio é cometido:

I - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe;

II - por motivo fútil;

III - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;

IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;

V - para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime;

Feminicídio (*[Nome jurídico acrescido pela Lei nº 13.104, de 9/3/2015](#)*)

VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino; (*[Inciso acrescido pela Lei nº 13.104, de 9/3/2015](#)*)

VII - contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição: (*[Inciso acrescido pela Lei nº 13.142, de 6/7/2015](#)*)

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

§ 2º-A. Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:

I - violência doméstica e familiar;

II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher. (*[Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.104, de 9/3/2015](#)*)

Homicídio culposo

§ 3º Se o homicídio é culposo:

Pena - detenção, de um a três anos.

Aumento de pena

§ 4º No homicídio culposo, a pena é aumentada de 1/3 (um terço), se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima, não procura diminuir as consequências do seu ato, ou foge para evitar prisão em flagrante. Sendo doloso o homicídio, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (quatorze) ou maior de 60 (sessenta) anos. (*[Parágrafo com redação dada pela Lei nº 10.741, de 1º/10/2003, publicada no DOU de 3/10/2003, em vigor 90 dias após a publicação](#)*)

§ 5º Na hipótese de homicídio culposo, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as consequências da infração atingiram o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária. (*[Parágrafo acrescido pela Lei nº 6.416, de 24/5/1977](#)*)

§ 6º A pena é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio. (*[Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.720, de 27/9/2012](#)*)

§ 7º A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado: (*[Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.104, de 9/3/2015](#)*)

I - durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto; (Inciso acrescido pela Lei nº 13.104, de 9/3/2015)

II - contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos, com deficiência ou portadora de doenças degenerativas que acarretem condição limitante ou de vulnerabilidade física ou mental; (Inciso acrescido pela Lei nº 13.104, de 9/3/2015, e com redação dada pela Lei nº 13.771, de 19/12/2018)

III - na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima; (Inciso acrescido pela Lei nº 13.104, de 9/3/2015, e com redação dada pela Lei nº 13.771, de 19/12/2018)

IV - em descumprimento das medidas protetivas de urgência previstas nos incisos I, II e III do *caput* do art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. (Inciso acrescido pela Lei nº 13.771, de 19/12/2018)

Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio

Art. 122. Induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou prestar-lhe auxílio para que o faça:

Pena - reclusão, de dois a seis anos, se o suicídio se consuma; ou reclusão, de um a três anos, se da tentativa de suicídio resulta lesão corporal de natureza grave.

Parágrafo único. A pena é duplicada:

Aumento de pena

I - se o crime é praticado por motivo egoístico;

II - se a vítima é menor ou tem diminuída, por qualquer causa, a capacidade de resistência.

.....

FIM DO DOCUMENTO
